

Amorim, Wagner Vinicius. Acumulação e espoliação no/e para além do campo brasileiro: terra, capital, trabalho e escalas de análise. *GeoGraphos*. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 1 de marzo de 2013, vol. 4, nº 45, p. 305-321 [ISSN: 2173-1276].



<<http://web.ua.es/revista-geographos-giecryal>>

Vol. 4. Nº 45

Año 2013

ACUMULAÇÃO E ESPOLIAÇÃO NO/E PARA ALÉM DO CAMPO BRASILEIRO: TERRA, CAPITAL, TRABALHO E ESCALAS DE ANÁLISE

Wagner Vinicius Amorim
Estudiante de Doctorado en Geografía
Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente (São Paulo - Brasil)
Correio eletrônico: wagner_g3@yahoo.com.br

Recibido: 20 de diciembre de 2012. Aceptado: 1 de marzo de 2013

RESUMO

O artigo objetiva refletir a respeito das condições e das consequências da dinâmica da acumulação capitalista no campo brasileiro e de sua reprodução por meio das culturas agroexportadoras, enfatizando o caso das *commodities* e dos agrocombustíveis, e a resultante precarização do trabalho e da reprodução social cada vez mais anunciada no continente, produtos, em última análise, da ausência de uma política multiescalar para o trabalho, de soberania alimentar e de uma soberania sobre a terra autênticas. A discussão orienta-se por uma leitura multiescalar das urdiduras do capital no campo latino-americano e europeu, referenciada na acumulação e reprodução capitalistas aceleradas pela valorização financeira da terra e pela mundialização da agricultura. Os embates, conflitos e resistências do capital com relação ao trabalho são múltiplos, tornando proeminente a discussão dos meios de reprodução social acionados e a multiescalaridade dos enfrentamentos e formas de resistência alternativas.

Palavras chave: Mundialização da agricultura, Despossessão da terra, Renda da terra, Luta pela terra, Escalas geográficas.

ACCUMULATION AND SPOLIATION IN AND BEYOND FIELD BRAZILIAN: LAND CAPITAL, LABOUR AND SCALE OF ANALYSIS

ABSTRACT

This article reflects about the conditions and consequences of the dynamics of capitalist accumulation in the Brazilian field and its reproduction through agro-export cultures, emphasizing the case of commodities and agro-fuels, and the resulting precariousness of labor and social reproduction increasingly announced on the continent, products, ultimately, the absence of a policy multi-scale for work, food sovereignty and sovereignty over land authentic. The discussion is guided by a reading of multi-scale warps the capital in the field of Latin American and European, referenced in capitalist reproduction and accumulation accelerated by the financial valuation of the land and the globalization of agriculture. The clashes, conflicts and resistances of capital toward work are multiple, becoming prominent discussion of the means of social reproduction triggered and multi-scalarly the fighting and forms of resistance alternatives.

Key words: Globalization of Agriculture, Dispossession of Land, Land Rent, Land Struggle, Geographical Scales.

ACUMULACIÓN Y EXPOLIACIÓN EN/Y MÁS ALLÁ DEL CAMPO BRASILEÑO: TIERRA, CAPITAL, TRABAJO Y ESCALAS DE ANÁLISIS

RESUMÉN

El artículo realiza una reflexión respecto las condiciones y consecuencias de la dinámica de la acumulación capitalista en el campo brasileño y su reproducción a través de las culturas agroexportadoras, haciendo hincapié en el caso de las commodities y los agrocombustibles, y la resultante precarización del trabajo y de la reproducción social, cada vez más presente en el continente, productos, en última instancia, de la ausencia de una política multiescalar para el trabajo, la soberanía alimentaria y la soberanía sobre la tierra verdaderamente auténticas. La discusión se guía por una lectura multiescalar de las inversiones del capital en el medio rural de América Latina y Europa, sustentada en la acumulación y reproducción capitalistas aceleradas por la valoración financiera de las tierras y la mundialización de la agricultura. Los enfrentamientos, conflictos y resistencias del capital hacia el trabajo son múltiples, convirtiéndose en discusión prominente aquella de los medios de la reproducción social desarrolladas y de la multiescalaridad de la lucha y formas alternativas de resistencia.

Palabras clave: Mundialización de la agricultura, desposesión de la tierra, renta de la tierra, lucha por la tierra, escalas geográficas.

INTRODUÇÃO

Esta reflexão tem por objetivo debater as condições e as consequências da dinâmica da acumulação capitalista no campo e de sua reprodução por meio das culturas agroexportadoras, enfatizando o caso das *commodities* e dos agrocombustíveis¹, e a resultante precarização do trabalho cada vez mais anunciada e a crise alimentar contemporânea, produtos, em última instância, da ausência de

¹ Neste texto os termos agrocombustíveis e biocombustíveis serão entendidos como sinônimos, sendo que o termo mais específico etanol está embutido também nessas terminologias.

uma política multiescalar para o trabalho, de soberania alimentar e de uma soberania sobre a terra autênticas. A discussão se pauta por uma leitura multiescalar das urdiduras do capital no campo e para além dele, referenciada na acumulação e reprodução capitalista, agora, cada vez mais acelerada pela valorização financeira da terra e pela mundialização da agricultura. Os embates, conflitos e resistências do capital com relação ao trabalho são múltiplos, tornando proeminente a discussão dos meios de reprodução social acionados e a *multiescalaridade* dos enfrentamentos e formas de resistência.

A reflexão multiescalar, não muito enfrentada nos ambientes de debates e urgente no contexto da articulação das lutas políticas, põe-nos a pensar a respeito dos diferentes espaços articulados e tensionados pelo sistema do capital: a cidade e o campo agroindustrializado, ou, daqueles que podem conter significantes de resistências: o urbano e o rural enquanto permanências e lócus da reprodução social, onde o trabalho, como aspecto central da investigação, revela a *práxis* dos movimentos sociais, e expõe as potencialidades de um devir desfragmentado. Penso que partir de recortes *apriorísticos*, acreditando enquadrar a realidade em determinados temários de investigação, e/ou a partir de aportes de diferentes ciências, já seria um reducionismo a esgotar determinadas articulações que não se furtam na realidade, mas que, antes, tornam a contradição viva e dinâmica, motor do mundo e dos problemas com os quais se defronta, seja enquanto trabalhador, militante, pesquisador, estudante, cidadão, ou todas estas adjetivações simultaneamente, haja vista ser este um dos atributos do ser social que trabalha. Por isso, a opção por uma reflexão interdisciplinar, sem respeitar fronteiras acadêmicas institucionalizadas que não existem na realidade e, principalmente, por uma compreensão e proposições políticas *multiescalares* no/e para além do campo e da cidade.

O pressuposto da centralidade do trabalho e das suas “des-re-territorializações”, e não apenas, mas também as do capital, diz respeito ao enquadramento do espaço enquanto produto social dessas relações sociais de produção e reprodução. Aqui temos um ponto de partida, e um meio pelo qual iniciarmos a compreensão e a reflexão, objetivando tão somente tangenciar questões sobre as quais cientistas sociais, geógrafos, historiadores, filósofos, economistas e pensadores de diversas áreas tem se debruçado desde longa data, no entanto, sem perder o foco que se encontra no sujeito situado na esfera do trabalho, pois, parafraseando A. Thomaz Jr (2009c, p. 148), “[...] se o sujeito não está na esfera do trabalho, o que nos restaria na sociedade do capital? E se o sujeito não está mais nessa esfera, onde está?”. Assim assumidos, os parâmetros da reflexão não se esgotam neles mesmos, estando articulados em diferentes níveis, aos ditames da reprodução capitalista e social, composto por distintas ordens e formas de expansão, acumulação, espoliação, mas também emancipação.

A compreensão do capital enquanto um sistema orgânico, no qual cada uma de suas frações sustenta e mantém as demais, seja por meio de sua mobilidade entre os chamados circuitos primário, secundário e terciário da produção², descritos por D. Harvey (1990); ou, por meio das crises sistêmicas de produção, a partir das quais determinados espaços são convocados e enquadrados enquanto um meio/fator de reprodução ampliada, ou uma nova sorte acumulação – o que D. Harvey, em diferentes obras (1990, 2004a, 2004b, 2006 e 2008), tem denominado *desenvolvimento geográfico desigual* –, se coloca diante da reflexão tendo a teoria do valor-trabalho e a teoria da exploração como centrais à compreensão.

O capital está assentado sobre uma contradição estrutural articulada a mecanismos de controle social de todo tipo, voltados à extração de mais-valia, concorrência assimétrica e aumento da sua composição orgânica, a qual desvaloriza e descarta homens e mulheres, colocando em xeque o próprio modo capitalista de produção que vive de trabalho não pago. No limite, o capital demonstra

² A depender dos níveis de interesse e da amplitude das contradições, das lutas e de sua capacidade de organização (Thomaz Jr, 2009a, p. 184).

sua irracionalidade, contradição sistêmica³ e sua irreformabilidade, embora sustentado por relações hegemônicas e antagônicas que o permitem, por meio do revolucionamento constante das forças produtivas, continuar edificando seu processo sociometabólico. A esse respeito, I. Mészáros (2007, p. 165) afirma que:

[...] o modo de funcionamento de um sistema composto por uma multiplicidade de capitais – que é, por definição, sempre característico do sistema capitalista privado, por mais subdesenvolvido ou avançado – não pode evitar ser centrífugo, impulsionando em diferentes direções seus microcosmos constituintes, independente das consequências positivas ou negativas produzidas por essa centrifugalidade.

Assim compreendido, o capital é mais que um conjunto de mecanismos econômicos, é também um modo de reprodução sociometabólico multifacetado e onívoramente demasiadamente arraigado, que afeta profundamente tudo e cada aspecto da vida, seja material, imaterial, econômico ou cultural sempre visando assegurar a expansão, conduzido pela acumulação como um fim em si mesma (Mészáros, 2007, p. 169).

No contexto da crise estrutural do capital também encontramos outras crises específicas, climáticas, energéticas, alimentar e financeiras, produtos da desregulação (neo)liberal dos mercados, cujo objetivo último é a acumulação e especulação desmedidas. Os agrocombustíveis e as *commodities* relacionam-se com todas essas outras crises no ambiente da acumulação, da abertura econômica, e da especulação nos mercados de futuros das bolsas de valores.

Para ilustrar um exemplo, após a crise hipotecária estadunidense, conforme afirma P. Rosset (2009), os investidores necessitaram de novos setores, ou melhor, de novos circuitos nos quais pudessem investir e auferir lucros. Então, os mercados de matérias primas, *commodities* e biocombustíveis ganharam força como um meio de reprodução ampliada do capital via investimentos financeiros alhures, principalmente porque se tratavam de mercados onde a presença das corporações transnacionais protagonizava, e ainda protagoniza o processo produtivo, regulando os preços dos alimentos bem como o acesso à terra.

A entrada do capital financeiro no mercado de alimentos tem sido a causa mais importante da crise alimentar em todo mundo. P. Rosset (2009, p. 93) afirma que só os fundos norte-americanos injetaram mais de US\$ 70 bilhões no mercado de produtos agrícolas, interferindo no preço dos alimentos mais básicos de bilhões de pessoas em todo o planeta. Por comprarem a safra antecipadamente, por exemplo, penalizavam os produtores rurais em função da oscilação na produção para mais ou para menos, já que a maior parte das colheitas é comprada a preços inferiores, fonte primeira dos exorbitantes lucros do capital financeiro.

A crescente incorporação dos agrocombustíveis na agroindústria reforça as crises alimentares – produto do desmantelamento da capacidade produtiva, privatização, *desposseção*, concentração fundiária, liberalização comercial e especulação nos mercados financeiros –, já que cada vez mais terras são colocadas a produzir não mais alimentos para pessoas, mas biocombustíveis para os veículos, ainda mais, sob a falácia da substituição da matriz energética e redução do consumo de combustíveis fósseis em defesa da conservação do meio ambiente.

³ A. Thomaz Júnior (2009a, p. 168), a partir dos *Grundrisse* de Karl Marx, afirma que “[...] se a valorização do valor depende exatamente da exploração do trabalho vivo, humano, ao poupar trabalho de forma radical como se presença por meio da 3ª revolução técnico-científica, este fenômeno, em consequência, estaria afetando a lei do valor pelo fato de evidenciar que o trabalho abstrato perde de forma crescente e ampliada a capacidade de ser a medida da própria acumulação de capital”.

Estes vetores da acumulação, reprodução e espoliação capitalista se expressam nas monótonas paisagens “commoditizadas” do campo brasileiro, onde a reprodução social é negada pela lógica capitalista da *reestruturação produtiva*, seja nos campos ou nas cidades, que convida persuasiva e perversamente diferentes agentes e estruturas aos circuitos da reprodução e valorização, mas não convidam a todos, dada a assimetria e a essência conflitual – mesmo intercapitalista – do modo de produção, deixando marginalizados e/ou precariamente “incluídos” hordas de trabalhadores, sem terra, sem teto e sem trabalho, nos campos e nas cidades.

O presente artigo está dividido em quatro seções, contando com esta introdução, nas quais procuramos expor um plano de reflexão multiescalar, confrontando lógicas, formas, processos, agentes e estruturas da acumulação, exploração, produção e reprodução social nos espaços rurais latino-americanos, especialmente a partir da nossa realidade, que é a brasileira, e procurando cimentar, no plano analítico, as articulações existentes entre este e outros espaços, cada vez mais reforçadas pela mundialização da agricultura.

ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E PRIVAÇÃO, OU AS FACES DA EXPROPRIAÇÃO NO CAMPO BRASILEIRO?

O capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista, reproduzindo, de modo desigual e conflitante, relações sociais capitalistas e não capitalistas, as quais geram disputas territoriais permanentes, que, por sua vez, se desdobram nos âmbitos econômico, político, teórico e ideológico. De igual modo, a expansão do capitalismo também desterritorializa relações sociais não capitalistas, o que D. Harvey (2004) denominou de acumulação por espoliação (*desposseção*), compreendida pela destruição de postos de trabalho, precariedade das relações de trabalho, destruição dos territórios camponeses, quilombolas e indígenas (Fernandes, 2009). Além do mais, a acumulação por espoliação significa um estágio avançado das relações capitalistas, em que se necessita cada vez menos da recriação das relações não capitalistas, aumentando, desta feita, o número de excluídos e precarizados – já que a agricultura capitalista precisa cada vez mais de terra e cada vez menos de gente no campo –, bem como a proletarianização do trabalho que, no dizer de I. Mészáros (2007, p. 70), ao avançar o faz nivelando por baixo a taxa diferencial de exploração em todo o mundo, e negando a autonomia mais limitada que alguns grupos sociais antes gozavam no processo de reprodução social.

Crescem assim as porções do território sob o domínio do grande capital, não sem a intervenção estatal direta ou indireta, de agências multilaterais e das grandes transnacionais, especialmente daquelas ligadas ao agronegócio e às atividades agroexportadoras de *commodities* (Fernandes, 2009, p. 201 e 204), direta ou indiretamente atinentes à concentração fundiária (Borras Jr e Franco, 2010), que, em suma, se reproduzem ao acionar o mecanismo da renda da terra e a especulação de ativos nos mercados de futuros, cuja finalidade última é o lucro e a acumulação desmedida.

No caso brasileiro, especialmente na conjuntura macro político-econômica que marcou o início da década de 1990, a origem das rendas fundiárias extraordinárias podem ser sintetizadas da seguinte maneira de acordo com G. Delgado e J. Fernandes Filho (1998):

- Regime de intercâmbio de *commodities* protegido pelas políticas cambial e de tarifas vigentes, ou ainda mediante a garantia de preços;
- Sistema de crédito rural;
- Investimentos estatais em infraestruturas, pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica e favores fiscais;
- Alta concentração do mercado de terras;

- Movimento inflacionário e especulativo, fazendo da terra e das *commodities* um ativo financeiro, uma reserva de valor nos mercados de futuros;

Mais recentemente este movimento de territorialização do capital no campo pode ser compreendido – e num tom que chama atenção até de alas centristas da mídia brasileira – a partir do que B. Fernandes (2010, p. 77) tem denominado de “*estrangeirização da terra*”, denotando uma mudança estrutural exógena que tem acentuado o preço da terra, os conflitos no campo e as contradições da questão agrária. Comparecem aí os países em desenvolvimento como grandes arrendatários de terra, a inundar o mercado europeu de produtos destinados à alimentação animal e aos biocombustíveis, fazendo frente aos produtores daquele continente, em condições sob as quais eles não podem concorrer, dado o preço que as grandes cadeias agroexportadoras conseguem praticar em função da alta exploração do trabalho e dos meios de produção utilizados nos países do sul.

No caso brasileiro, de acordo com informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no primeiro semestre de 2010, mais de 4,2 milhões de hectares estavam sob a propriedade de estrangeiros, estando 69% dessas terras concentradas nos estados do Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Bahia, crescente também no Paraná, Rio Grande do Sul, Pará e Amazonas, com 22%. Isto é, estados em que predominam e em que avançam a produção das *commodities* e dos agrocombustíveis (Fernandes, 2010, p. 78 e 79).

Para além desse aspecto alarmante da concentração fundiária e da sua “estrangeirização”, B. Fernandes (2010, p. 77) ainda acrescenta o uso de novas tecnologias que, no campo, exige trabalho qualificado e especializado enquanto elimina trabalho manual, em observância à tendência crescente da composição orgânica de capital inerente ao modo capitalista de produção que se expressa, de acordo com E. Paulino (2008, p. 221 e 222), por meio da tecnificação, mecanização e utilização progressiva de agrotóxicos. Fundamentando a tônica produtiva da ampliação de mercados, esse processo inscreve-os num ciclo em que o excedente de capitais ameaça as taxas de acumulação, surgindo então o consumo produtivo⁴ na agricultura como alternativa de ajuste estrutural.

Ressalte-se que o controle da produção de tais “insumos agrícolas” está nas mãos das empresas estrangeiras, incorrendo aí toda uma sorte de *subordinação e dependência tecnológica estrutural*, que, no caso brasileiro, resultou, para o ano de 2005, em mais de R\$4,5 bilhões de gastos com importações, evidenciando a *vulnerabilidade* da agricultura assentada neste modelo, no qual o consumo produtivo da agricultura contribui para o déficit das contas externas, a ser liquidado pelo superávit primário que o próprio setor necessita assegurar.

O caráter dessa *subordinação estrutural* ainda se manifesta, de acordo com E. Paulino (2008, p. 222 e 229), no cenário da deterioração dos termos de troca, isto é, a redução proporcional da participação brasileira nas exportações mundiais. Segundo A. Oliveira (2004), em 1980 o agronegócio brasileiro arrecadou 9,4 bilhões de dólares em exportações, respondendo por 0,48% do mercado mundial; mas em 2003, essa participação caiu para 0,43%, embora as exportações tenham atingido 30,7 bilhões de dólares.

A queda tendencial do preço das *commodities* resulta numa transferência de recursos e energia contidos na produção ao exterior, uma vez que as transnacionais podem desfrutar de acesso privilegiado a bens, recursos e mercados, colocando o país numa posição de receptor de tecnologia, demarcando sua contribuição, para o *ajuste espacial* reservado na divisão internacional do trabalho,

⁴ A esse respeito destacamos as contribuições de D. Elias (2006a e 2006b), em pesquisas nas quais a autora demonstra os impactos da reestruturação produtiva da agricultura seja no campo ou mesmo nas pequenas e médias cidades cujas dinâmicas se dão em função de novas demandas articuladas à produção mundializada de *commodities* e de produtos voltados ao mercado externo, destacando a fruticultura no nordeste brasileiro.

como fornecedor de produtos primários e consumidor de bens manufaturados cada vez mais imprescindíveis à cadeia produtiva do agronegócio. E a autora (Paulino, 2008, p. 231) continua ao afirmar que:

É por meio desse conjunto de estratégias, todas envolvendo apropriação da riqueza socialmente construída no Brasil, que a agricultura de exportação se mantém competitiva nos mercados globais, mesmo com os pesados subsídios aplicados em seus respectivos países e as barreiras tributárias. Numa conclusão reducionista, poderíamos afirmar que a sociedade brasileira transfere para os países centrais, via agronegócio, uma parte dos recursos que estes despendem em subsídios e barreiras que se voltam contra nós, não apenas porque o Estado brasileiro irá em socorro do agronegócio sempre que a competitividade estiver ameaçada, mas também por meio do trabalho não pago e dos recursos consumidos na produção, como água, solo, biodiversidade etc. (Paulino, 2008, p. 231).

Entretanto, com o recente processo de abertura do mercado europeu, as *commodities* necessárias, sobretudo à ração animal – os chamados *feed-grains* – e o etanol colocam a Política Agrícola Comum (PAC) europeia no centro das pressões dos grandes grupos e cadeias produtivas, bem como da Organização Mundial do Comércio (OMC), no sentido do recrudescimento dos fortes subsídios aos seus produtores internos, permitindo a inundação dos seus mercados pelas *commodities* altamente competitivas oriundas dos países do sul, principalmente do Brasil e Argentina, que agora adentram o continente europeu à alíquota zero.

Este processo reforça a exploração desmedida dos recursos energéticos e da força de trabalho nos países subdesenvolvidos, além de provocar expulsão de comunidades locais pelo avanço da fronteira do capital no campo, além de desemprego, subemprego, precarização, espoliação e pobreza. Atinge também os pequenos produtores e os camponeses da América Latina e da União Europeia (UE), marginalizados do circuito do grande capital agroindustrial e despojados dos subsídios que agora se concentram seletivamente na grande produção.

Desse modo, a abertura do mercado financia as grandes transnacionais que regem a distribuição global de alimentos e extração de mais-valia, à revelia das fronteiras nacionais (fiscais, aduaneiras, tributárias, impostos sobre importação), que dia após dia buscam produzir e explorar terras baratas, onde exista mão de obra farta e barata, fracos padrões de proteção trabalhista, laxa legislação ambiental e frouxas políticas tributárias fundiárias. Este movimento coloca em conflito a pequena agricultura familiar e camponesa da Europa e da América Latina com as grandes corporações agroindustriais, que exploram, expulsam e precarizam a segunda, resultando negativamente para a primeira, que não tem condições de competir com as transnacionais. Isso nada mais é que o nivelamento por baixo da taxa diferencial de exploração da força de trabalho, cuja régua vem a ser aquela da força de trabalho mais explorada e pior remunerada no mundo, regulando também o nível de extração e exploração de rendas territoriais por baixo.

A subvenção às culturas de exportações e à superprodução são forças de mercado que afetam o desenvolvimento interno de outros países, além de estimularem o *dumping* comercial em escala internacional – não raros na esfera da abertura de mercados –, tem se colocado à subserviência de padrões alimentares excludentes, minando a soberania alimentar das pessoas em favor de culturas que alimentam a gados e põem carros a funcionar.

O caso da soja, que entra a baixo preço na UE, resulta em falta de incentivo e falta de iniciativas públicas e privadas para a produção da mesma no continente, retroalimentando sua importação e exploração por grandes corporações nos países do sul, reforçando a dependência e o fraco desenvolvimento econômico nesses países. Estimativas demonstram que desde 1996 a quantidade

de terra cultivada de soja para a UE tem sido aproximadamente a mesma área desmatada no Brasil e Argentina, e superior a 33% da colheita total brasileira e 32% da argentina.

A UE ao preferir a produção agroexportada dos países subdesenvolvidos, por seus preços mais competitivos, prejudica seus próprios produtores, principalmente da região mediterrânea e das periferias do continente. Gera pobreza, mazelas e *desposseção* nos campos dos países do sul, cuja busca pelo superávit primário, para saldar suas dívidas externas – pressionados que são pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, OMC –, acelera a concentração da riqueza líquida e fundiária, os espólios, o crescimento dos monocultivos, anulando a soberania alimentar, a soberania sobre a terra (Borras Jr e Franco, 2010), além de fazer avançar a degradação ambiental.

É assim que compreendemos o *desenvolvimento desigual e combinado* do capitalismo nos espaços rurais europeus e latino-americanos, como um processo contraditório de reprodução ampliada do capital encimado sobre a dialética do *ajuste espacial*, segundo o qual há um exército reserva de lugares e de trabalhadores que tem sido convocado como um meio potencial de reprodução ampliada do capital e de extração da mais-valia territorial em escala mundial.

OS NÓS DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: A TERRA NO LIMIAR DA LIBERDADE

A modernização das relações de trabalho e produção no campo brasileiro tem sempre comparecido como meio de realização do capital imobilizado e sobreacumulado em diversos setores da produção e ramos de atuação capitalista, tendo, via de regra, a intervenção estatal viabilizado o direcionamento do capital rumo a este circuito, resultando desse processo toda uma reorganização das bases produtivas do setor, elucidando a crescente composição orgânica do capital, a substituição de trabalho vivo pelo trabalho morto – como, por exemplo, a mecanização e tecnificação da produção –, além da precarização do trabalho e da subsunção de formas não capitalistas de produção, por meio da captura da renda da terra⁵ ou do controle sobre formas de produção de pequena escala.

Esta face do “desenvolvimento” capitalista não se expressa somente em macroescalas, como discutimos na secção anterior, podendo ser observadas no plano do Estado-nação⁶ e das formações socioespaciais, reproduzindo os mesmos mecanismos de subsunção do trabalho ao capital, de exploração da força de trabalho e dos recursos, e de extração de renda da terra e sobrelucros, seja no campo ou na cidade.

A. Oliveira (2010) traz uma contribuição seminal nesse sentido. Em trabalho publicado ainda na década de 1980, o autor evidenciou a sujeição da renda da terra ao capital, apropriada tanto na pequena como na grande propriedade, em função da apropriação do produto do trabalho nas relações comerciais na esfera do mercado, ou mesmo no âmbito da subordinação da agricultura ao capital industrial que, no processo de expansão do capitalismo no Brasil, deu-se via um mercado oligopsônico e cargas tributárias cobradas pelos proprietários rentistas à agricultura, subordinando a produção à circulação, por meio do capital comercial e das agroindustriais. Engendrou-se assim o mecanismo de transferência de renda da agricultura para o grande capital, fomentado pelo Estado garantidor de preços e pelas grandes multinacionais setorializadas que atuavam e ainda atuam

⁵ Esse tema foi abordado por muitos autores, dentre os quais destacamos, para o caso da agricultura brasileira, alguns que ancorarão a presente reflexão G. Delgado (2005), M. Lenz (2007), A. Oliveira (1985a, 1985b, 1986a, 1986b, 1986c, 1986d e 2010).

⁶ Aqui podemos citar o caso dos investimentos em PD&I e na construção e gestão de infraestrutura e sistemas técnicos voltados à produção de *commodities*, concentrados nos “arranjos produtivos locais agrícolas” ou “regiões produtivas agrícolas”, conforme discute D. Elias (2006a e 2011).

monopolicamente (por exemplo: nos ramos do leite, ração animal, suinocultura, avicultura, citricultura, sericultura, oleaginosas, produtos veterinários, insumos etc.) (Oliveira, 2010).

Para Oliveira (2010), foi especialmente do período do Estado Novo em diante (década de 1930), que se consolidou a sujeição da renda da terra da agricultura ao capital industrial, comercial e/ou bancário no Brasil. À indústria porque, de um lado, a agricultura comparecia como consumidora de produtos de origem industrial, mediada pelo Estado, ou porque se submetia ao proprietário-capitalista numa só pessoa. Ao capital comercial e bancário, de outro lado, evidenciava-se com mais voracidade, sobretudo entre pequenos produtores sujeitos à necessidade de circulação da mercadoria, e tomadores de empréstimos bancários. Entenda-se aqui renda da terra proveniente de relações de produção capitalistas e não capitalistas, extraída mesmo de onde ela não exista, sujeitando a pequena produção familiar de tipo camponês, ou especulando com terra no mercado fundiário. Ademais, é esse mesmo capital que também unifica proprietário e capitalista onde a renda da terra é alta, como no caso das grandes propriedades, voltadas à produção de *commodities* (Oliveira, 2010).

Portanto, o modo capitalista de produção compreendido como um processo contraditório de reprodução ampliada do capital recria formas sociais não capitalistas, mas, que, no entanto, são dominadas pela lógica do capital, evidenciando-se aí, por meio da subordinação da renda da terra, a raiz das relações entre agricultura e indústria no Brasil, que atualmente se desdobram em outros processos, até mesmo superando esse embate, mas não menos contraditórios e conflituosos com a dinâmica territorial do trabalho, a impactar decisivamente na concentração fundiária⁷, no rentismo e no mercado especulativo da terra.

As últimas três décadas, notadamente, tem sido o palco do rearranjo e da *reestruturação* das antigas e novas formas de sujeição da renda da terra ao capital. A partir de G. Delgado (2005) compreende-se que a orquestração da conjuntura financeiro-econômica pelo Estado, pelos agentes internacionais e, sobretudo, pelo aparato neoliberal sujeitou a renda da terra ao ritmo da balança comercial externa, como solução à capacidade de endividamento. Alternadamente, a política econômica internacional promoveu, desde fim dos anos de 1980, as oscilações na valorização e desvalorização da terra. Verdadeiro jogo de cartas marcadas, com vistas à geração de saldos positivos na balança comercial. Mas esta política, cativa ao serviço da dívida externa, só foi obtida mediante o fomento a setores produtivos com baixos requerimentos de importação – o setor primário –, e ao fazê-lo impactou a renda territorial, além de ser indiferente ao crescimento da demanda interna, a qual em última instância afetava negativamente esses saldos.

As mudanças neoliberalizantes verificadas a partir de 1994, marcadas pela atração de capital externo, em momento de alta liquidez internacional, câmbio sobrevalorizado, desregulamentação e esvaziamento das políticas de fomento agroindustrial e tarifas ultra-suavizadas, fizeram com que ocorresse uma queda no superávit primário no comércio exterior – entre 1994 e 1999 –, gerando um grande passivo interno, que incidiu negativamente na renda fundiária, bem como nos preços agrícolas – note-se que havia desmobilização das formas públicas de sustentação e garantia de preços mínimos. A opção pelo endividamento externo havia provocado a fuga de capitais, sobretudo em função da crise de liquidez internacional, mas no segundo mandato do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (1999 a, 2003), os setores primário-exportadores foram conclamados a gerar o saldo comercial.

⁷ De acordo com J. Carvalho Filho (2001, p. 199), a estrutura fundiária brasileira é uma das mais concentradas do planeta, perdendo atualmente somente para Serra Leoa.

A partir desse momento o chamado agronegócio⁸ – grande capital agroindustrial + grande propriedade fundiária + capital financeiro e crédito – passou a ser priorizado na agenda política macroeconômica, e isso tudo ocorrendo após grande desinvestimento em infraestrutura e em instrumentos de fomento agrícola, além da desvantagem da moeda sobrevalorizada, que adiou o relançamento da modernização técnica, sem reforma, para o início do século XXI.

No segundo mandato do então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, ganhou prioridade os investimentos em infraestrutura e PD&I voltados ao agronegócio, somado ao câmbio flutuante, constituindo o que G. Delgado (2005, p. 67) chama de “regulação frouxa do mercado de terras”. Sob o impulso do crescimento da demanda externa e em função do “ajustamento constrangido”, expandiu-se o produto agrícola – proporcionalmente acima do aumento do PIB – corolário da exportação das *commodities* agrícolas, sob o signo dos baixos níveis de ocupação de força de trabalho, e enviando renda líquida ao exterior.

Do prisma do agronegócio, o movimento de fluxo – determinado pelo crescimento do produto agrícola, puxado pelo saldo exportável – e refluxo – que foi de 1994 a 1999 – da renda da terra enfrentou diferentes arranjos e acomodações, aumentando a distância econômica e social entre campesinato e agronegócio, bem como a concentração fundiária, já que amplas áreas de terra foram mantidas improdutivas – principalmente nas regiões de fronteira econômica e/ou de incorporação recente⁹ –, entrando na ciranda da especulação financeira. A. Oliveira (2001, p. 187) afirma que a concentração da propriedade fundiária nas mãos de inúmeros grupos econômicos, como ocorre no caso brasileiro, funciona ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial, isto é, verdadeiros instrumentos de garantia de acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos patrimoniais.

A captura da renda agrícola, então, encontrava um meio de realização na associação da acumulação capitalista com a acumulação fundiária, visto que a renda agrícola faria aumentar a renda fundiária (ganhos patrimoniais), incidindo, pois, sobre a totalidade do estoque de terras produtiva e improdutiva mantidas sob controle, mecanismo este reforçado pela sanção legal por parte da política tributária e fundiária frouxa do governo, que deixava a estrutura fundiária intocada, concentrada, e arbitrada pelo poder do Estado¹⁰.

Nas tabelas 1 e 2 a seguir apresentamos os dados gerais da estrutura fundiária brasileira, por quantidade de imóveis rurais por estratos de área (em hectares), de acordo com levantamento do Censo Agropecuário, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para os anos 1985 e 1995; e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para o ano de 2003.

⁸ A respeito da ideologia presente no agronegócio ver J. Bezerra (2009), trabalho no qual o autor descortina os constructos ideológicos preñhes de falsa consciência que faz com que, dia após dia, por um lado, o agronegócio apresente elevadas taxas de crescimento, sobretudo em função da desvalorização do real em relação ao dólar e em decorrência da alta internacional dos preços das *commodities* (Bezerra, 2009, p. 19 e 120) e, de outro, transfigure “(...) o valor da soberania alimentar como prática histórica responsável pela produção social dos povos campesinos como de toda a sociedade seja ela urbana ou rural (...)”. Interferindo assim no processo metabólico, condenando toda a sociedade a ter acesso aos alimentos somente através do mercado e, principalmente, das grandes cadeias (Bezerra, 2009, p. 122).

⁹ Ressalta-se o mecanismo da renda da terra, da regulação dos preços por baixo, referenciados nos piores solos.

¹⁰ A esse respeito é insigne o levantamento da situação da estrutura fundiária realizada em território nacional pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para o Plano Nacional de Reforma Agrária, em texto produzido pela equipe coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, em 2003.

Tabela 1. Brasil. Estrutura Fundiária de 1985 e 1995 – IBGE/Censos Agropecuários

Extratos de Área – ha	1985				1995/1996			
	Nº de imóveis	% de imóveis	Área - ha	% da área	Nº de imóveis	% de imóveis	Área - ha	% da área
- 10 a 100	5.224.712	90,2	79.551.79 6	21,2	4.318.861	89,3	70.575.78 0	19,9
101 a 500	457.762	7,93	90.474.37 3	24,1	411.557	8,5	83.355.22 0	23,6
501 a 5.000	104.417	1,82	126.624.4 42	33,8	101.893	2,1	123.360.1 80	34,9
5.001 a 10.000	3.538	0,06	23.959.75 1	6,4	3.688	0,07	24.997.36 9	7,1
Mais de 10.000	2.125	0,03	54.314.56 4	14,5	2.184	0,04	51.322.69 4	14,5
Total	5.801.809	100	374.924.9 29	100	4.838.183,0 0	100	353.611.2 46	100

Fonte: Thomaz Jr, 2009d, p. 85.

Uma rápida análise da tabela anterior demonstra um aumento na concentração fundiária dentro do período intercensitário junto aos estratos de maior porcentagem de área, e diminuição nos outros estratos. Essa situação se reforça ainda mais se analisarmos a tabela 2 que, apesar da diferença do tamanho dos estratos de área, apresenta uma estrutura fundiária ainda mais concentrada junto às grandes propriedades.

Estes dados nada mais refletem que o histórico padrão de concentração fundiária enraizado no modelo herdado desde o Brasil colônia, um modelo concentrador de riquezas e privilégios, enraizado em nossa formação social, e que tem na terra um símbolo de status, de poder, de privilégios, e de acesso às políticas públicas e econômicas.

Para melhor compreendermos o papel das formas de captura da renda da terra, que sujeitam o trabalho e trabalhadores no campo, bem como os pequenos proprietários, G. Delgado (2005) observa que, no período compreendido entre 1995 e 2002, o “mecanismo” de captura da renda da terra fora empregado mesmo mediante a desapropriação da terra para fins de reforma agrária, visto que a valorização desproporcional do patrimônio desapropriado, mediante procedimentos financeiros e judiciais que oneravam e *desvirtuavam* a chamada dívida fundiária, sobretudo em momentos de queda nos preços fundiários, tornava mais viável, do ponto de vista do proprietário, a desapropriação e o resgate junto à União sob a forma de Títulos da Dívida Agrária (TDA)¹¹. Desvirtuado porque os prazos de resgate eram muito curtos, e os valores corrigidos à Taxa Referencial do mercado financeiro (6% ao ano). Convertia assim, a TDA de um título de longo prazo, vinculado ao preço da terra, em um *ativo de curto prazo altamente valorizado* e com alta liquidez (um prêmio financeiro líquido ao detentor da terra improdutiva desapropriada!), distorcendo princípios constitucionais e o sentido da dívida fundiária.

¹¹ Estes títulos são resgatáveis em até 20 anos, com cláusula de preservação do valor real corrigido (inflacionado), quando deveria, pela regra constitucional, ser atualizada pelo valor da coisa desapropriada, segundo critério de preço de mercado.

Tabela 2. Brasil. Estrutura Fundiária, INCRA – 2003

Estratos de área total – ha	Nº de imóveis	% de imóveis	Área total	% de área	Área média em ha
Até 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8	6
De 10 a 25	1.102.999	26	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5	33.630.240	8	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8	207,6
De 500 a 1000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1000 a 2000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,80
Mais de 2000	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,80
Total	4.238.421	100	420.345.382	100	99,2

Fonte: Sampaio, 2003, p. 9.

Assim, o custo fiscal das próprias desapropriações criaram, na época, um mercado paralelo para o grande proprietário e um ônus desmesurado à dívida fundiária. Diante disso, depreende o autor (Delgado, 2005) uma forte evidência fática do distanciamento da política fundiária executada pelo MDA/INCRA há pelo menos uma década, em face dos princípios de direito que conferem legitimidade ao “sacrossanto” direito de propriedade no Brasil, concluindo que “nesse vácuo jurídico-administrativo penetra a estratégia do capital-financeiro para acumular e valorizar patrimônio fundiário, legalmente definido como improdutivo” (Delgado, 2005, p. 79).

Esse quadro permanente em nada difere de outro que é o da altíssima concentração de renda, que em nosso país, afirma A. Thomaz Jr (2009b, p. 364), “(...) nos revela a dignidade roubada e a barbárie que reservam a 50% dos mais pobres 13,5% da renda, enquanto 1% dos mais ricos detém pouco mais de 20%”. Se considerarmos que a renda dos 10% mais ricos é 30 vezes superior à dos 40% mais pobres, vemos as razões de 132.000.000 de hectares de terras estarem concentrados nas mãos de 32.000 latifundiários, desvelando um cenário no qual as 27 maiores propriedades do país se igualam à superfície do Estado de São Paulo (Thomaz Jr, 2009b, p. 364).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS DESAFIOS DAS ARTICULAÇÕES ESCALARES

É esse o sentido segundo o qual as estratégias territoriais do capital avançam pela concentração da propriedade da terra, principalmente daquela apta à mecanização da lavoura e com acesso aos recursos hídricos e condições logísticas, trazendo novas ordens de questões no âmbito da dimensão da luta de classes e dos conflitos territoriais (Thomaz Jr, 2010, p. 96). Isso impõe à Geografia o dever de revelar o oculto, a desinformação e o que está “opaco” sob a cortina espessa de fumaça ideológica do agronegócio, não como irregularidade ou acidental, mas como realidade, com o peso e a importância que tem na definição das estruturas de exploração capitalista, seja na cidade ou no campo, isto é, nas diferentes formas de expressão do capital e do trabalho e da exploração, ocupação e apropriação da terra.

Se as disciplinas erguem fronteiras à compreensão da realidade, para o capital, e também para o agronegócio, principalmente em sua fase oligopolista, a separação cidade campo é transcendida (Thomaz Jr, 2009c, p. 146), já que, cada vez mais, o urbano subordina o agrário, impondo-lhe a prevalência dos valores de troca, do dinheiro, do capital, o mundo da mercadoria, fazendo as fronteiras administrativas, sindicais e institucionais se tornarem mais *fluídas* no plano econômico, territorial e político, ao mesmo tempo em que as fronteiras políticas e às atinentes à

(des)organização do trabalho – no âmbito da sindicalização, por exemplo – impõe mais desafios à compreensão da espacialidade do trabalho e às ações emancipatórias, dificultando o enfrentamento da multiescalaridade do capital por meios institucionais e sindicais apenas¹².

Seja nos campos, seja nas cidades a divisão técnica, social, corporativa e territorial do trabalho constituem-se no eixo central da intensificação da crescente heterogeneização, fragmentação, alienação, subordinação e hierarquização do trabalho, travando político, ideológico e territorialmente “[...] as vias de comunicação e as capilaridades internas às diversas expressões da complexa composição da classe trabalhadora” (Thomaz Jr, 2005, p. 15). As repercussões, especialmente “[...] quando o referencial teórico não está ancorado na “leitura” do trabalho como elemento fundante para se compreender o universo plural do trabalho em categorias profissionais e corporações sindicais [...]”, fazem engessar “[...] a questão cidade x campo como expressão de dois mundos diametralmente clivados e incomunicáveis, empobrecendo o debate político sobre a reforma agrária e a unificação orgânica no âmbito da classe trabalhadora” (Thomaz Jr, 2003, p. 15). São estas as *clivagens territoriais* internas ao mundo do trabalho operadas pelo capital de que nos fala A. Thomaz Jr (2009c).

Nesses termos é possível constatar uma separação objetiva entre os mundos da produção e da reprodução social, a qual, segundo A. Thomaz Jr (2003, p. 8) “[...] celebra um impedimento *intransponível* sob o regime do capital, que fragmenta a totalidade ontológica do ser social e que, de fato, marca a subjetividade do trabalho”. O ultrapassar desse impedimento consistiria na compreensão das esferas da reprodução das relações sociais de produção, voltando atenção ao conteúdo social emancipatório da luta pela terra, como substanciação e resgate do sentido ontológico do trabalho (Thomaz Jr, 2003, p. 8).

Desse modo, fazer uma aposta nas formas de enfrentamento da lógica destrutiva e desterritorializante do capital no campo reside no assentir com a (re)criação do campesinato, o qual deixa de ser cada vez menos do interesse do capital para se tornar uma crescente forma de luta e resistência no campo, além de se apostar na pequena produção – e não só no campo, mas também nos espaços periurbanos das pequenas e médias cidades. E não seria isso apenas uma questão de posicionamento político ou ideológico, já que, conforme A. Oliveira (2001, p. 189), no Brasil, os estabelecimentos com área até 100 hectares, entre os anos de 1995 e 1996, responderam por 46,5% da produção total, ocupando apenas 18% da área agrícola, enquanto os maiores estabelecimentos, com área acima de 1000 hectares, produziram apenas 21,2% do valor de produção, embora ocupassem mais de 45% da área.

Apostar na pequena produção de base camponesa, social e coletivamente organizada, purificada da corrosão da lógica do valor de troca, livre da sujeição da renda da terra, bem como das amarras e das limitações do mercado que regem o antes, o durante e o pós-colheita é, conforme E. Paulino (2008, p. 233 e 234), apostar na realidade e na potencialidade da soberania alimentar, da produção de alimentos voltados ao consumo direto interno, estreitando as relações e as sinergias entre cidade e campo, superando essas rupturas e *fragmentações espaciais primordiais* para e impostas pela lógica do capital.

Muito mais que uma questão ideológica, é acreditar na realidade dos fatos e dos dados que conferem ao campesinato o triunfo único de escapar da separação entre força de trabalho e controle dos meios de produção, estabelecendo o trabalho emancipado no campo e o equilíbrio entre produção e consumo, atingindo níveis de eficiência ímpar no rendimento por unidade de área, superior ao da exploração empresarial.

¹² Com relação às clivagens territoriais internas ao mundo do trabalho no âmbito dos sindicatos ver A. Thomaz Jr (2009c, p. 138 – 153).

Aqui emerge uma questão proeminente, que é a da articulação entre diferentes lutas sociais, a qual demanda, além da compreensão da dinâmica da acumulação capitalista, o reconhecimento das particularidades e singularidades das orientações culturais e das territorialidades criadas ou recriadas pelas resistências sociais, quando pensamos em termos de Brasil, e, sobretudo em América Latina, compreendendo-a em sua complexa diferenciação geográfica e diversidade sócio-territorial. Entendemos que a ação de resistência e a ação transformadora não surgem de um espaço homogêneo dos dominantes, ou mesmo dos gabinetes dos analistas sociais externos, mas em meio às rugosidades e às diferenciações geográficas herdadas e em constante transformação, movimento e desenvolvimento, mas um desenvolvimento sócio-espacial de teor autônomo, e não no sentido que a modernidade e a colonialidade imprimiram a este último termo (ver Quijano, 2005).

Por fim, acredito que a construção das resistências e a aglutinação das demandas a partir de cada uma destas escalas podem ser pensadas a partir da conscientização dos direitos sociais, que perpassam a luta na esfera do *consumo* – luta por serviços públicos e equipamentos coletivos, habitat, terra, insumos, etc. – e na esfera da *produção* – aqui a centralidade das reivindicações da “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2002) no *campo* e na *cidade* –, sem que uma sobreponha-se à outra, sem que ambas sejam anuladas em nome do “sujeito histórico da luta de classes”, mas num “sujeito” coletivo, autônomo, em que as *diferenças* – no sentido da diversidade e não no da desigualdade – componham a linha-mestra do quadro de reivindicações, mais que isso, uma agenda de lutas em nome do “direito à cidade” e do “direito ao campo”, em nome do direito à autogestão com, contra e apesar do Estado, numa perspectiva crítica em relação ao receituário ortodoxo advindo da construção política e de vanguarda do sujeito histórico presente nos ideários ortodoxos. E isso vale ainda mais principalmente no caso dos países do sul, especificamente no caso do América Latina, onde os *movimentos sociais de base territorial*, e não propriamente de base classista ou nacionalista, operaram e ainda operam lutas que colocam em cheque o projeto de modernidade e de desenvolvimento capitalista.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. (6ª ed). São Paulo: Boitempo, 2002.

BEZERRA, Juscelino E. Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. *Revista NERA*, jan.-jun. de 2009, Presidente Prudente, Ano 12, nº 14.

BORRAS JR, Saturnino M.; FRANCO, Jennifer. La política del acaparamiento mundial de tierras. Replantando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistencia. *ICAS Working Paper Series* (Transnational Institute), maio de 2010, N 001.

CARVALHO FILHO, José J. de. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a Nova Reforma Agrária. In: LEITE, Sérgio (Ed.). *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

DELGADO, Guilherme C. Questão Agrária no Brasil: 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. (Ed.). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília-DF: IPEA, 2005, vol. 01, p. 51-90.

DELGADO, Guilherme C.; FERNANDES FILHO, José F. Determinantes da queda recente do preço da terra no Brasil. *Economia Ensaio*, 1998, Uberlândia, vol. 12, p. 17-35.

- ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise e PEQUENO, Renato (Ed.). *Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006a.
- ELIAS, Denise. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, Eliseu S.; SPOSITO, Maria E. B.; SOBARZO, Oscar (Ed.). *Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006b.
- ELIAS, Denise. Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, 2011, Rio de Janeiro, vol. 13, p. 153-170.
- FERNANDES, Bernardo M. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. In: CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia R. da S.; WICHINIESKI, Isolete (Ed.). *Conflitos no Campo Brasil 2010*. Goiânia: CPT, 2011.
- FERNANDES, Bernardo M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Ed.). *Territórios e territorialidades. Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- HARVEY, David. *Los limites del capitalismo y la teoria marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004a.
- HARVEY, David. *O Novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004b.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- LENZ, Maria H. A evolução do conceito de renda da terra no pensamento econômico: Ricardo, Malthus, Adam Smith e Marx. In: *Anais do VII Congresso Brasileiro de História Econômica*. Aracajú - SE, 2007.
- MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Renda da Terra Diferencial I. *Revista Orientação*, 1985a, São Paulo, nº 5.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Renda da Terra Diferencial II. *Revista Orientação*, 1985b, São Paulo, nº 5.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Renda da Terra Absoluta. *Revista Orientação*, 1986a, São Paulo, nº 7.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Renda da Terra de Monopólio. *Revista Orientação*, 1986b, São Paulo, nº 7.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Renda da Terra Pré-Capitalista. *Revista Orientação*, 1986c, São Paulo, nº 7.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Preço da Terra. *Revista Orientação*, 1986d, São Paulo, nº 7.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*, 2001, 15 (43), p. 185-206.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Terra Livre*, 2004, São Paulo, vol. 21, p. 113-156.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Agricultura e Indústria No Brasil. *Campo Território: Revista de Geografia Agrária*, ago. 2010, São Paulo, vol. 5, nº 10, p. 5-64.

PAULINO, Eliane T. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Ed.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados*, 2005, 19 (55), p. 9-31.

ROSSET, Peter. Agrocombustíveis, soberania alimentaria, y la crisis alimentaria contemporánea. *Agroecologia*, 2009, vol. 4, p. 91-95.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. *Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília, 2003, 78 p.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O movimento em espiral do capital sucro-alcooleiro paulista. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Por trás dos canaviais, os nós da cana*. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. *Pegada*, nov. 2003, vol. 4, nº 2.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. “Leitura” geográfica da práxis social do trabalho. *Pegada*, jul. 2005, vol. 6, nº 1.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Desafios teóricos para a geografia do trabalho no século XXI. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio e FRANÇA JÚNIOR, Luzimar B. (Ed.). *Geografia e trabalho no século XXI*. Presidente Prudente: Centelha, 2009a, vol. 4, p. 162-217.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)*. (Vol. 1). Presidente Prudente: UNESP-FCT. Tese de Livre-Docência em Geografia, 2009b.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A (des)ordem societária e territorial do trabalho (Os limites para a Unificação Orgânica). In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)*. (Vol. 1). Presidente Prudente: UNESP-FCT. Tese de Livre-Docência em Geografia, 2009c.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Desenho societal dos sem-terra no Brasil. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)*. (Vol. 1). Presidente Prudente: UNESP-FCT. Tese de Livre-Docência em Geografia, 2009c.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. *Campo-Território* – Revista de Geografia Agrária, ago. 2010, vol. 5, nº 10, p. 92-122.

© Copyright Wagner Vinicius Amorim, 2013.

© Copyright *GeoGraphos*, 2013.



GIECRYAL
GRUPO INTERDISCIPLINARIO DE
ESTUDIOS CRÍTICOS Y DE AMÉRICA LATINA